

Participações Industriais do Nordeste

PARTICIPAÇÕES INDUSTRIAIS DO NORDESTE S.A.

CNPJ/MF Nº 14.308.514/0001-13

NIRE Nº 29.3.000.0684-0

Cia. Aberta

A Participações Industriais do Nordeste S.A. ("Companhia" ou "Controladora" ou "PIN") disponibiliza as seguintes informações referentes às matérias que serão discutidas na ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA da Companhia, que será realizada em 29 de abril de 2019, em sua sede social, conforme edital de convocação a ser publicado ("Assembleia Geral"), nos termos da Lei Nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404"):

- Item 10 do Formulário de Referência, contendo os comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, na forma do Anexo I; e
- A proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, na forma do Anexo II.

Nos termos da Lei nº 6.404 e da regulamentação aplicável, os documentos e anexos referidos neste instrumento e que serão discutidos na Assembleia Geral estão disponíveis para consulta pelos acionistas da Companhia em sua sede social.

Andre Philippe Mattias Lindner Krepel

- Diretor de Relações com Investidores -

Participações Industriais do Nordeste

ANEXO I

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A PIN é uma *holding*, cujo objetivo é a participação, direta ou indireta, em outras empresas. O seu principal negócio é participar do mercado de embalagens metálicas. Até 21 de dezembro de 2015, sua exposição a este segmento de negócios se deu por meio da sua participação na Latapack S.A. ("Latapack"), através da qual detinha o controle compartilhado da Latapack-Ball Embalagens Ltda. ("Latapack-Ball") junto com sua então sócia Ball Corporation¹ ("Ball"). Em 21 de dezembro de 2015, foi concluída a permuta da totalidade das ações ordinárias detidas na Latapack S.A. por 5.729.662 ações da Ball ("Permuta").² Assim, a exposição da PIN a este segmento de negócios passou a se dar por meio de sua participação na Ball.

Em julho de 2017, a controladora PQ Seguros S.A., apresentou, perante a Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP") pedido de cancelamento de sua licença para operar no ramo de seguros. O requerimento de cancelamento foi previamente deferido pela SUSEP em outubro de 2017, condicionando o efetivo cancelamento à retirada da PQ Seguros S.A. do Consórcio DPVAT.

Em março de 2018, com efeitos a partir de 1º de abril de 2018, a PQ Seguros S.A. desligou-se do Consórcio DPVAT. Com a saída do Consórcios DPVAT, em junho de 2018, a controlada obteve a autorização definitiva da SUSEP para o cancelamento de suas licenças como seguradora, deixando de ser uma sociedade regulada por tal autarquia. Diante disso, a controlada reformou seu estatuto social, alterando o objeto para participação em outras sociedades e a denominação social para Colares Participações S.A. ("Colares"). Portanto, desde junho de 2018, a Companhia deixou de atuar por sua controlada no ramo de seguros.

A PIN também é controladora das sociedades Oeiras Participações Ltda.³ (desde 23 de novembro de 2015) e coligada da sociedade MSB Participações S.A.⁴

¹ Empresa sediada no Estado de Indiana, nos Estados Unidos da América.

² A operação foi contratada em 26 de outubro de 2015 e formalmente concluída em 21 de dezembro de 2015. A PIN passou a figurar entre os 8 maiores acionistas da Ball. Em 16 de maio de 2017, a Ball promoveu um desdobramento das ações na proporção de 2:1. Deste então, o total de ações detidas pela PIN passou a ser de 11.459.324.

³ A controlada Latapack Participações Ltda. teve sua razão social alterada para Oeiras Participações Ltda. aprovada em 19 de julho de 2018. A Oeiras Participações Ltda. não desenvolve atividade operacional e foi adquirida da Latapack pela PIN pelo valor patrimonial tendo em vista que não fez parte da operação de permuta por ações da Ball.

⁴ A MSB Participações S.A. não tem atividade operacional. A PIN é titular de ações representativas de 16,67% de seu capital social.

Participações Industriais do Nordeste

Em razão da PIN ser uma sociedade *holding*, com participação, direta ou indireta, em outras empresas, as informações financeiras apresentadas abaixo sempre farão referência às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

A disponibilidade econômica (liquidez) da Companhia em 2018 adveio principalmente de dividendos pagos pela Ball (R\$ 17.267 mil) e aluguel de imóveis (R\$ 3.291 mil).

Após dois anos completos dos efeitos da aquisição da Rexam (2017 e 2018), o faturamento líquido total da Ball atingiu US\$ 11,6 bilhões, representando um crescimento de 6% sobre os US\$ 10,9 bilhões de 2017. A empresa alcançou um valor de mercado de US\$ 16,2 bilhões em 31 de dezembro de 2018, representando uma valorização de 20% sobre os US\$ 13,5 bilhões de 31 de dezembro de 2017.

A Ball é uma das líderes mundiais no fornecimento de embalagens metálicas para bebidas, alimentos e produtos domésticos. Este segmento representa mais de 90% de suas vendas. O restante das vendas advém do segmento aeroespacial que provê serviços e tecnologia para clientes comerciais e para o governo norte americano.

A Ball é líder de mercado nas principais regiões em que atua (América do Norte, Europa e América do Sul), com produção superior a 100 bilhões de embalagens metálicas no mundo. Uma parte relevante de seus produtos é vendido através de contratos de fornecimento de longo prazo sendo os principais clientes: Anheuser-Busch InBev, Coca-Cola e suas engarrafadoras e Molson Coors.

O objetivo da PIN é continuar a participar do mercado de embalagens metálicas no longo prazo através do investimento em ações da Ball. O conhecimento acumulado sobre o mercado de embalagens de bebidas ao longo dos últimos 30 anos e a excelência da administração da Ball nos permite ser otimistas sobre este e outros possíveis investimentos sinérgicos com os atuais, contribuindo para a perenidade da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo corrente consolidado totalizava R\$ 20.545 mil, sendo R\$ 17.667 mil em caixa e equivalentes de caixa. Deste valor, apenas R\$ 8.368 mil eram de titularidade da controladora, o restante deste caixa estava aplicado em fundos de renda fixa por suas controladas. O passivo corrente consolidado totalizava R\$ 4.463 mil. O índice de liquidez corrente, considerando caixa e equivalentes de caixa, utilizado para avaliar a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo, estava em 4,6 vezes.

Em 31 de dezembro de 2017, o ativo corrente consolidado totalizava R\$ 80.620 mil, sendo R\$ 19.210 mil em caixa e equivalentes de caixa. Deste valor, apenas R\$ 9.013 mil eram de titularidade da controladora, o restante deste caixa estava aplicado em fundos de renda fixa por suas controladas. O passivo corrente consolidado totalizava

Participações Industriais do Nordeste

R\$ 62.363 mil. O índice de liquidez corrente, considerando caixa e equivalentes de caixa, utilizado para avaliar a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo, estava em 1,3 vezes.

Em 31 de dezembro de 2016, o ativo corrente consolidado totalizava R\$ 81.681 mil, sendo R\$ 78.882 mil em caixa e equivalentes de caixa. Deste valor, apenas R\$ 3.522 mil eram de titularidade da controladora, o restante deste caixa estava aplicado em LFT e fundos de investimento em renda fixa para fazer frente a provisões técnicas da PQ Seguros (passou a se chamar Colares Participações S.A.) e assegurar o capital mínimo exigido pela SUSEP. E o passivo corrente consolidado totalizava R\$ 58.119 mil. O índice de liquidez corrente, considerando caixa e equivalentes de caixa, utilizado para avaliar a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo, estava em 1,4 vezes.

No ano de 2018, a Companhia distribuiu dividendos para seus acionistas num total de R\$ 20.462 mil, referentes ao dividendo mínimo obrigatório de anos anteriores retido em reserva especial de dividendos.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

I. hipóteses de resgate

II. fórmula de cálculo do valor de resgate

Com base nas demonstrações financeiras consolidadas, a estrutura de capital apresentou as seguintes composições:

DATA-BASE	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (EM MILHARES DE REAIS)	CAPITAL PRÓPRIO	CAPITAL DE TERCEIROS
31/12/2018	R\$ 1.459.375	70%	30%
31/12/2017	R\$ 1.072.086	69%	31%
31/12/2016	R\$ 1.043.901	70%	30%

Não existe um padrão de financiamento para as operações da Companhia. A administração mantém um relacionamento contínuo e de longo prazo com as principais instituições financeiras que atuam no mercado brasileiro para assegurar e agilizar o acesso a recursos de longo prazo, a fim de implementar com celeridade decisões estratégicas importantes como a que ocorreu na operação realizada em 2010, que resultou no aumento da participação da Companhia no capital da então controlada Latapack. A Administração sempre buscará fontes de financiamento com terceiros a custos, prazos, e indexação compatíveis com a geração de caixa da Companhia.

Participações Industriais do Nordeste

O capital social da Controladora encontra-se dividido em 126.000 ações ordinárias e em 31.388 ações preferenciais classe A, sendo todas nominativas e sem valor nominal.

As ações preferenciais classe A não têm direito a voto, mas fazem jus à (i) prioridade no reembolso do capital da Companhia no caso de sua liquidação, sem prêmio, (ii) prioridade no recebimento do dividendo mínimo obrigatório correspondente a 3% do valor do patrimônio líquido da ação e (iii) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ordinárias, depois de a estas assegurado dividendo igual ao mínimo prioritário estabelecido em conformidade com o item (ii) acima.

O Estatuto Social prevê que a Companhia poderá emitir ações preferenciais classe B e classe C, sendo certo que (i) cada uma dessas ações, quando emitidas, dará direito a 1 voto nas Assembleias Gerais, e (ii) cada acionista titular de ações preferenciais B ou C terá o seu número de votos correspondente às ações preferenciais B ou C que detiver limitado, em qualquer dos casos, ao total de 10 votos nas deliberações sociais, independentemente da quantidade de ações preferenciais B ou C que possuir, nos termos do §1º do artigo 110 da Lei nº 6.404/76.

Não há disposição estatutária na Companhia que preveja o resgate de ações, aplicando-se, portanto, o disposto na lei societária a respeito.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo circulante totalizava R\$ 20.545 mil, montante suficiente para cobrir as obrigações totais de curto prazo (R\$ 4.463 mil).

Em 31 de dezembro de 2017, o ativo circulante totalizava R\$ 80.620 mil, montante suficiente para cobrir as obrigações totais de curto prazo (R\$ 62.363 mil).

Em 31 de dezembro de 2016, o ativo circulante totalizava R\$ 81.681 mil, montante suficiente para cobrir as obrigações totais de curto prazo (R\$ 58.119 mil).

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

Como fonte de financiamento para capital de giro, procura-se manter a disponibilidade de caixa em nível adequado para o apropriado desempenho das atividades operacionais.

Participações Industriais do Nordeste

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A liquidez da Companhia é gerada principalmente por meio do recebimento de dividendos de suas controladas e demais sociedades em que detém participação societária bem como do recebimento de receitas de locação e da aplicação do caixa, os quais deverão ser suficientes para cobrir as necessidades previstas no exercício em curso.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

I. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Não aplicável.

Seguem abaixo os saldos relativos aos contratos de empréstimo e de financiamento relevantes em 31/12/2018, 31/12/2017 e 31/12/2016:

Descrição / Taxa média de juros e comissões	2018	2017	2016
Moeda estrangeira			
Dólares americanos	0	0	0
Juros sobre financiamentos	0	0	0
Total	0	0	0
Passivo circulante	0	0	0
Passivo não circulante	0	0	0

Com base nas demonstrações financeiras consolidadas, a tabela a seguir resume o cronograma de vencimento dos empréstimos e financiamentos de longo prazo, em 31/12/2016, 31/12/2017 e 31/12/2018:

	Vencimentos		
	2018	2017	2016
2015	0	0	0
2016	0	0	0
2017	0	0	0
Total	0	0	0

Participações Industriais do Nordeste

II. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não existem outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas citadas no item 10.1.f.I.

III. grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas do emissor.

Em observância ao disposto no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 02/2018, a Companhia informa que no caso de eventual concurso universal de credores, a ordem de precedência das obrigações registradas no seu passivo exigível do balanço patrimonial seria de:

- a. créditos trabalhistas *de natureza estritamente salarial* vencidos nos 3 meses anteriores à decretação da falência, até o limite de 5 salários mínimos por trabalhador;
- b. créditos (i) *derivados da legislação* do trabalho (incluindo, portanto, os encargos sociais), limitados a 150 salários mínimos por credor, e (ii) decorrentes de acidentes de trabalho;
- c. tributos vencidos, independente da sua natureza e tempo da constituição, descontadas as multas tributárias;
- d. os créditos quirografários, ou seja, todos os créditos não previstos na ordem legal de preferência, tais como empréstimos bancários, partes relacionadas, pagamento a fornecedores e as multas tributárias; e
- e. dívidas com sócios e administradores.

IV. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não aplicável.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía saldos a realizar de financiamentos já contratados.

Participações Industriais do Nordeste

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 (em milhares de reais).

	<u>31 de dezembro de 2018</u>	%	Variação entre 2018 e 2017	<u>31 de dezembro de 2017</u>	%	Variação entre 2017 e 2016	<u>31 de dezembro de 2016</u>	%
Ativo								
Circulante								
Caixa e equivalente de caixa	17.667	1%	-8%	19.210	1%	-76%	78.882	5%
Aplicações financeiras	-	0%	-100%	58.930	4%	-	-	0%
Contas a receber de clientes	2	0%	0%	2	0%	-88%	16	0%
Tributos a recuperar	2.034	0%	68%	1.212	0%	8%	1.123	0%
Créditos com partes relacionadas	466	0%	4%	446	0%	-	-	0%
Despesas do exercício seguinte	-	0%	-	-	0%	-100%	2	0%
Outras contas a receber	376	0%	-54%	820	0%	-51%	1.658	0%
	<u>20.545</u>	1%	-75%	<u>80.620</u>	5%	-1%	<u>81.681</u>	5%
Não circulante								
Realizável a longo prazo								
Aplicações financeiras avaliadas pelo valor justo	8.625	0%	6%	8.104	1%	-	-	0%
Impostos a recuperar	-	0%	-100%	1.261	0%	77%	711	0%
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	0%	0%	10	0%	-	-	0%
Depósitos judiciais	2.523	0%	0%	2.523	0%	-7%	2.699	0%
	<u>11.158</u>	1%	-6%	<u>11.898</u>	1%	249%	<u>3.410</u>	0%
Investimento								
Participações societárias	74	0%	-5%	78	0%	767%	9	0%
Investimento avaliado pelo valor justo	2.041.654	98%	42%	1.440.754	93%	3%	1.401.823	94%
Propriedades para investimento	7.723	0%	0%	7.723	1%	0%	7.723	1%
Outras participações societárias	1.737	0%	-10%	1.922	0%	-17%	2.328	0%
Outros investimentos	106	0%	0%	106	0%	0%	106	0%
Imobilizado	22	0%	-15%	26	0%	-89%	227	0%
Intangível	6	0%	-40%	10	0%	-29%	14	0%
	<u>2.051.322</u>	98%	41%	<u>1.450.619</u>	94%	3%	<u>1.412.230</u>	94%
	<u>2.062.480</u>	99%	41%	<u>1.462.517</u>	95%	3%	<u>1.415.640</u>	95%
Total do ativo	<u>2.083.025</u>	100%	35%	<u>1.543.137</u>	100%	3%	<u>1.497.321</u>	100%

Participações Industriais do Nordeste

	<u>31 de dezembro de 2018</u>	%	Variação entre 2018 e 2017	<u>31 de dezembro de 2017</u>	%	Variação entre 2017 e 2016	<u>31 de dezembro de 2016</u>	%
Passivo e patrimônio líquido								
Circulante								
Fornecedores	25	0%	-26%	34	0%	21%	28	0%
Salários e encargos sociais	272	0%	73%	157	0%	-9%	173	0%
Tributos a pagar	124	0%	8%	115	0%	-74%	449	0%
Dividendos a pagar	3.366	0%	30%	2.587	0%	1986%	124	0%
Provisões técnicas	-	0%	-100%	59.002	4%	5%	55.950	5%
Outras contas a pagar	676	0%	44%	468	0%	-66%	1.395	0%
	<u>4.463</u>	0%	-93%	<u>62.363</u>	4%	7%	<u>58.119</u>	5%
Não circulante								
Imposto de renda e contribuição social diferidos	593.351	28%	53%	388.941	25%	3%	375.848	31%
Provisão para contingências	2.626	0%	-25%	3.503	0%	-9%	3.863	0%
Plano de remuneração variável e de retenção	23.210	1%	43%	16.244	1%	4%	15.590	1%
	<u>619.187</u>	30%	52%	<u>408.688</u>	26%	3%	<u>395.301</u>	33%
Patrimônio líquido - capital e reservas								
Capital social	628.204	30%	54%	408.204	26%	257%	114.204	9%
Reserva de capital	172.521	8%	0%	172.521	11%	0%	172.521	14%
Reservas de lucros	361.282	17%	-39%	590.870	38%	-1%	595.888	50%
Dividendos adicionais propostos	7.856	0%	2%	7.713	0%	-	-	0%
Ajuste de avaliação patrimonial	288.150	14%	-	(108.645)	-7%	-	(134.088)	-11%
Participação dos não controladores	1.362	0%	-4%	1.423	0%	3%	1.376	0%
	<u>1.459.375</u>	70%	36%	<u>1.072.086</u>	69%	43%	<u>749.901</u>	62%
Total do passivo	<u>2.083.025</u>	100%	35%	<u>1.543.137</u>	100%	28%	<u>1.203.321</u>	100%

Caixa e equivalente de caixa

No exercício de 2018, a variação desta rubrica não foi relevante, correspondendo à sua utilização para pagamento de despesas operacionais da Companhia.

A variação apresentada nesta rubrica no exercício de 2017 em comparação ao exercício de 2016, corresponde a reclassificação das aplicações em fundos de investimento e títulos públicos em renda fixa, que no exercício anterior eram considerados como equivalentes de caixa, para a rubrica "Aplicações financeiras", pois não há previsão de utilização deste montante no prazo de 90 dias após a data de encerramento.

Aplicações financeiras (curto e longo prazo)

O montante de aplicações financeiras de curto prazo no exercício 2017, correspondiam aos ativos garantidores das provisões técnicas do Consórcio DPVAT, da controlada Colares Participações S.A. (à época PQ Seguros S.A.), reflexos da participação da controlada no Consórcio do Seguro DPVAT. Com a saída da controlada do Consórcio em 2018, estes ativos deixaram de ser reconhecidos como um ativo da controlada, assim como as provisões técnicas.

Participações Industriais do Nordeste

As aplicações em renda fixa, classificadas como equivalente de caixa no exercício de 2016, foram reclassificadas em 2017 para a rubrica de aplicações financeiras no curto e no longo prazo, sendo no curto prazo as aplicações financeiras sem expectativa de utilização no prazo de 90 dias a contar da data do encerramento do exercício, e para o longo prazo, as aplicações financeiras sem expectativa de utilização nos 12 meses após o encerramento do exercício.

Outras contas a receber

A saída da controlada Colares Participações S.A., do Consórcio do Seguro DPVAT em 2018, ocasionou um decréscimo de 54% nesta rubrica no exercício de 2018, em comparação ao exercício de 2017, pois não havia no final do exercício valores a serem recebidos pela sua participação no Consórcio do Seguro DPVAT.

A variação negativa da rubrica outras contas a receber, no curto prazo, verificada entre os exercícios de 2017 e 2016 decorreu em razão dos seguintes fatores: (i) diminuição na taxa de ocupação dos imóveis destinados à renda com relação à ocupação na data base dezembro de 2016, (ii) a diminuição no valor repassado pela Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT às seguradoras consorciadas, devido ao decréscimo no resultado do Consórcio, e (iii) o reconhecimento contábil de valores a receber pela Companhia em razão do contrato de Contraprestação de Garantia, firmado em março de 2014, com as seguintes empresas: Aleutas S.A., PIN Petroquímica Participações S.A. e Bahia Holding S.A., na rubrica "Créditos com partes relacionadas" em 2017, e em 2016 reconhecido na rubrica "Outras contas a receber".

Impostos a recuperar (curto e longo prazo)

No exercício de 2018, a Companhia optou por manter todo o saldo de impostos a recuperar no curto prazo, visto que durante o exercício, foram utilizados a totalidade de impostos a recuperar do exercício anterior na compensação de impostos a pagar no exercício corrente. A Companhia espera o saldo de impostos a recuperar de 2018 seja todo utilizado nos próximos 12 meses.

O aumento observado em impostos a recuperar no curto e longo prazo, entre os exercícios de 2016 e 2017, ocorreu devido ao imposto de renda retido no exterior sobre os dividendos recebidos da Ball Corporation a partir do exercício de 2016.

Investimentos (participações societárias e investimento avaliado pelo valor justo)

Em dezembro de 2015, a PIN concluiu a operação de Permuta, recebendo 5.729.662 ações de emissão da Ball Corporation.

Participações Industriais do Nordeste

Por se tratar de um investimento estratégico em que a intenção é manter um relacionamento operacional de longo prazo com entidade objeto de investimento, foi aplicado o Pronunciamento Técnico 48 - Instrumentos Financeiros, no reconhecimento inicial e na mensuração posterior, classificando o ativo financeiro como avaliado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As oscilações observadas nos últimos três exercícios ocorreram em razão da variação no valor das ações no mercado e à taxa de cambio do dólar. Entre os exercícios de 2017 e 2018 a variação do dólar foi positiva, com aumento de 17% e a cotação das ações da Ball passou de USD 37,85 para USD 45,98 (já considerando os dividendos pagos ao longo do período e o desdobramento de ações), uma valorização de 21%. No exercício de 2017 em relação ao exercício de 2016 houve um aumento de 1,5% na variação do dólar, e a cotação das ações da Ball valorizou em 0,85%, passando de USD 37,53 para USD 37,85 (já considerando os dividendos pagos ao longo do período e o desdobramento de ações).

O aumento na rubrica "Participações Societárias", entre os exercícios de 2017 e 2016, corresponde ao resultado positivo da coligada MSB Participações S.A. em 2017, ocasionado pelo reconhecimento da receita de reversão do valor a recuperar de um crédito tributário restituído a empresa em setembro de 2017.

Dividendos a pagar

O aumento nos dividendos a pagar em 2018, com relação a 2017 é reflexo do aumento da receita com dividendos provenientes do investimento em ações da Ball Corporation.

A variação observada entre 2017 e 2016 decorreu do fato da Companhia ter apresentado lucro no último exercício, em contrapartida ao prejuízo apurado no exercício findo em 2016, quando não houve destinação de dividendos a pagar. O dividendo apresentado no balanço consolidado de 2016 é reflexo da consolidação da controlada PQ Seguros S.A.

Provisões técnicas

A rubrica Provisões técnicas em 2017 é reflexa da consolidação da controlada Colares Participações S.A., e sua variação decorre da atualização das provisões de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos, mas não avisados, que a controlada em questão contabiliza de acordo com as projeções dos seus consultores jurídicos e proporcional à sua participação nos Consórcios do Seguro DPVAT.

No exercício de 2018, a Colares Participações S.A., deixou de fazer parte do Consórcio do Seguro DPVAT, não reconhecendo mais em seu balanço a parcela de provisões técnicas correspondente à sua participação no Consórcio.

Participações Industriais do Nordeste

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Nesta rubrica estão reconhecidos os efeitos tributários sobre o ganho no reconhecimento do valor justo da operação de Permuta ocorrida em 2015 e sobre a variação do ajuste ao valor justo das ações da Ball Corporation exercícios posteriores. Além do reconhecimento da variação do valor justo dessas ações, estão registrados nesta rubrica, os tributos sobre a atualização das ações do IRB Brasil Resseguros (até o exercício de 2017), e dos investimentos disponíveis para venda da controlada Colares Participações S.A.

No exercício de 2018, a Companhia alienou a totalidade de ações que detidas do capital do IRB Brasil Resseguros.

Comparação das principais contas de resultado em 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 (em milhares de reais).

	31 de dezembro de 2018	%	Variação entre 2018 e 2017	31 de dezembro de 2017	%	Variação entre 2017 e 2016	31 de dezembro de 2016	%
Receita líquida da venda de produtos e serviços	3.292	100%	-25%	4.405	100%	2%	4.305	100%
Lucro bruto	3.292	100%	-25%	4.405	100%	2%	4.305	100%
Receitas (despesas) operacionais								
Receitas com seguros	7.179	218%	-68%	22.404	509%	-28%	31.192	725%
Despesas com operações de seguros	(6.299)	-191%	-68%	(19.763)	-449%	-26%	(26.845)	-624%
Despesas gerais e administrativas	(9.315)	-283%	-1%	(9.416)	-214%	-25%	(12.566)	-292%
Participação no resultado de controladas e coligadas	(4)	0%	-106%	69	2%	-2400%	(3)	0%
Dividendos auferidos	17.780	540%	30%	13.660	310%	25%	10.928	254%
Plano de remuneração variável e de retenção	(6.966)	-212%	964%	(655)	-15%	-96%	(15.590)	-362%
Perda pela não recuperabilidade de ativos	-	0%	0%	-	0%	-100%	(18)	0%
Outras, líquidas	9.839	299%	3126%	305	7%	-43%	532	12%
Lucro operacional	15.506	471%	41%	11.009	250%	-237%	(8.065)	-187%
Receitas financeiras	2.990	91%	-64%	8.402	191%	-22%	10.725	249%
Despesas financeiras	(1.195)	-36%	-80%	(5.847)	-133%	-14%	(6.791)	-158%
Variação monetárias e cambiais	(147)	-4%	32%	(111)	-3%	-29%	(157)	-4%
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	1.648	50%	-33%	2.444	55%	-35%	3.777	88%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	17.154	521%	28%	13.453	305%	-414%	(4.288)	-100%
Imposto de renda e contribuição social								
Correntes	(5.354)	-163%	63%	(3.277)	-74%	19%	(2.748)	-64%
Lucro líquido do exercício	11.800	358%	16%	10.176	231%	-245%	(7.036)	-163%

Receita de vendas e lucro bruto

A variação de receita de prestação de serviços e aluguéis e lucro bruto entre os anos de 2017 e 2018, foi negativa em 25%, devido a diminuição da taxa de ocupação dos imóveis destinados a renda. Já entre os exercícios de 2016 e 2017 se manteve praticamente estável, aumentando apenas 2%.

Participações Industriais do Nordeste

Receita e despesas com operações de seguros

As variações observadas entre os exercícios apresentados tanto na rubrica "Receitas com seguros", quanto na "Despesas com operações de seguros", são provenientes da participação da controlada Colares Participações S.A. no Consórcio do Seguro DPVAT.

A variação desta rubrica foi negativa em 68%, na comparação entre os exercícios de 2018 e 2017, devido à saída da controlada do Consórcio do Seguro DPVAT em abril de 2018.

Resultado de equivalência

O resultado de equivalência patrimonial no consolidado, corresponde à participação na coligada MSB Participações S.A. O resultado positivo no exercício findo em dezembro de 2017 é reflexo do reconhecimento de uma receita de reversão do valor a recuperar de créditos tributários restituídos à coligada. Ocasionalmente uma variação relevante entre o exercício de 2017 e os exercícios de 2016 e 2018, que se mantiveram estáveis.

Dividendos auferidos

Esta rubrica é composta substancialmente pelos dividendos pagos pela Ball Corporation. O aumento desta rubrica entre os exercícios de 2017 e 2016 foi ocasionado pela variação no preço do dividendo pagos por ação, que em 2016 era de USD 0,10 e em 2017 passou a ser de USD 0,13.

Já a variação entre os exercícios de 2017 e 2018, se deve ao aumento da taxa de câmbio.

Plano de remuneração variável e de retenção

O saldo desta rubrica corresponde à provisão para o plano de remuneração deliberado em reunião do Conselho de Administração em 11 de janeiro de 2016.

O plano tem como objetivo: (i) remunerar a atual Diretoria da Companhia pelos resultados obtidos para a Companhia na operação de Permuta, (ii) reter a atual Diretoria da Companhia à medida em que difere o plano desta remuneração; e (iii) alinhar o interesse da atual Diretoria da Companhia com os interesses dos acionistas através do compartilhamento de riscos e incentivos de longo prazo (5 anos).

Participações Industriais do Nordeste

A provisão calculada tendo como base 126.560 ações (2016- 63.280 ações) de emissão da Ball, tendo como referência a cotação das ações em bolsa e variação cambial.

Perda pela não recuperabilidade de ativos

Em 2016, corresponde ao reconhecimento da perda esperada pela não recuperação de créditos fiscais da controlada Colares Participações S.A.

Outras, líquidas

No exercício de 2018, a Companhia apurou um ganho de R\$ 8.260 na venda das ações que detinha no capital do IRB Brasil Resseguros, reconhecidos na rubrica "Outras, líquidas". Além desta receita, foram reconhecidas nesta rubrica, a receita de Contraprestação de Garantia de R\$ 465, já definida neste item 10.1.h. e, a reversão de provisão judicial de R\$ 939, devido a sua probabilidade de perda ter sido reavaliada de provável para possível.

A variação nesta rubrica não se mostrou relevante entre os anos de 2017 e 2016.

Variações monetárias e cambiais

As variações observadas entre os três exercícios derivam das oscilações da taxa de câmbio sobre os dividendos recebidos do exterior.

10.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

I. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A fonte de receita da Companhia advém de dividendos pagos pela Ball, receita de aluguel de imóveis, receita de prestação de serviços, receita financeira e equivalência patrimonial nas sociedades controladas e/ou coligadas.

II. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A variação positiva de 16,2% no lucro líquido entre os anos de 2017 e 2018 (de R\$ 10.164 mil para R\$ 11.813 mil) é decorrente do aumento dos dividendos pagos pela Ball de R\$ 13.503 mil para R\$ 17.267 mil (+27,8%). Esse crescimento foi mais do que suficiente para compensar (i) a queda na receita de imóveis de renda (de R\$ 4.373 mil para R\$ 3.291 mil) e (ii) o aumento nas despesas gerais e administrativas (de R\$ 5.112 mil para R\$ 7.003 mil).

Participações Industriais do Nordeste

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

As receitas decorrentes dos dividendos auferidos pelo investimento em ações da Ball têm o seu valor impactado pela variação da cotação do câmbio, que terminou o exercício de 2018 valendo R\$/US\$ 3,8748, representando uma variação positiva de 17,1% em relação a cotação final do exercício de 2017 (R\$/US\$ 3,3080).

A periodicidade trimestral do pagamento dos dividendos da Ball manteve-se inalterada assim como o valor por ação (USD 0,10 por ação).

Os efeitos de variações da cotação das ações da Ball e do câmbio R\$/US\$ a partir da conclusão da Permuta foram e continuarão a ser reconhecidos diretamente como resultados abrangentes na conta ajustes de avaliação patrimonial, no Patrimônio Líquido, sem transitar pelo resultado da Companhia, conforme Pronunciamento Técnico 38 - Instrumentos Financeiros, seguindo a orientação do item AG3 deste Pronunciamento por ser classificado o ativo financeiro disponível para venda.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Em 2018, não se observou nenhum impacto relevante no resultado operacional e financeiro do emissor, decorrente de inflação, variação de preços dos principais insumos e produtos, câmbio e/ou taxa de juros.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não ocorreu e não há previsão para ocorrer introdução ou alienação de segmento operacional. A Companhia continua a manter como principal segmento operacional o mercado de embalagens metálicas.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não ocorreu e não há previsão para ocorrer aquisição ou alienação de participação acionária. A Companhia continua a manter como principal participação acionária o seu investimento nas ações da Ball.

Participações Industriais do Nordeste

c. eventos ou operações não usuais

Não existiu e não há previsão para eventos ou operações não usuais além do evento descrito no item acima.

10.4 Comentários dos diretores sobre

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais (da Companhia) e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, associada às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e nos pronunciamentos e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia adotou o “CPC 47/IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes” e o “CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros”. Além das normas adotadas em 2019, foram emitidas alterações de normas e interpretações, que serão efetivas para o exercício iniciado após 1º de janeiro de 2019, e não foram aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis. Segue a relação destes pronunciamentos:

CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A adoção do CPC 48 / IFRS 9 com relação as categorias não tiveram um efeito significativo na mensuração original dos ativos e passivos financeiros, bem como nas políticas contábeis da Companhia e suas controladas.

CPC 47/IFRS 15 – Receitas de contratos com clientes

Estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, no entanto essa adoção não gerou qualquer alteração nos montantes anteriormente reconhecidos como receita, considerando que todos os critérios de reconhecimento da receita já eram atendidos pelo IAS 18 (CPC 30) e não há obrigações de desempenho posteriores a entrega dos bens, sendo assim, a

Participações Industriais do Nordeste

Companhia satisfaz à obrigação de desempenho quando da transferência do produto ao cliente tanto no mercado interno quanto no mercado externo.

IFRS 16 - Leases (CPC 06- Operações de Arrendamento Mercantil)

Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia está avaliando os efeitos da norma nas demonstrações financeiras e suas divulgações, porém acredita que não haverá impactos significativos.

IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro

Contabilização de incertezas sobre tratamentos fiscais: requer a análise se a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela Companhia. Se provável, a Companhia deverá reconhecer o valor conforme a declaração de imposto de renda, em caso contrário a Companhia reconhecerá um valor diferente das declarações de imposto de renda, de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia está avaliando os efeitos da norma nas informações contábeis intermediárias e suas divulgações, porém acredita que não haverá impactos significativos.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Administração avaliou as alterações em práticas contábeis e conclui que não haverá impactos significativos.

c. Ressalvas e ênfase presentes no parecer do auditor

As demonstrações financeiras consolidadas da Participações Industriais do Nordeste S.A. foram elaboradas pela Companhia de acordo com as IFRSs, emitidas pelo IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, cujo parecer dos auditores independentes, foi emitido sem ressalva e sem parágrafo de ênfase.

Participações Industriais do Nordeste

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

O processo de elaboração das demonstrações contábeis envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas representam o melhor julgamento da administração para a determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos incluídos nas demonstrações contábeis relacionados com estimativas incluem a definição de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação de provisão para créditos de liquidação duvidosa e análise de risco para determinar outras provisões, as quais incluem provisões para contingências, avaliação dos instrumentos financeiros, entre outros ativos e passivos na data do balanço. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

a) Resultado das operações

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas de vendas estão sendo apresentadas líquida dos impostos e os descontos incidentes sobre as mesmas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor

Participações Industriais do Nordeste

justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos financeiros em: (i) custo amortizado, (ii) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR).

c) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários do não circulante são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

d) Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. A partir do CPC 48, o modelo de "perdas incorridas", foi substituído por um modelo de "perdas estimadas", onde não se faz mais necessário que um evento de perda ocorra antes do reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável. A Companhia pode mensurar o *impairment* utilizando o modelo de abordagem dupla, em que a provisão é mensurada para perdas de crédito esperadas para 12 meses ou para a vida inteira do ativo.

e) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Participações Industriais do Nordeste

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Instrumentos financeiros, que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificados como passivo.

f) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou operacional que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

As despesas com imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Estão reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e poderão ser reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

h) Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor

Participações Industriais do Nordeste

recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao recuperável.

i) Tributação

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas a impostos e contribuições conforme previsto nas legislações federais, estaduais e municipais.

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social corrente, que são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data da elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são registrados somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

Não há ativos ou passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não estejam refletidos em seu balanço patrimonial.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há ativos ou passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não estejam refletidos em seu balanço patrimonial.

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

Participações Industriais do Nordeste

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não aplicável.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

I. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

II. fontes de financiamento dos investimentos

III. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável. Não há nenhum investimento em andamento e também não existem investimentos previstos nesta data, tampouco há desinvestimentos em andamento ou previstos nesta data.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável.

c. novos produtos e serviços, indicando:

I. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

II. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

III. projetos em desenvolvimento já divulgados

Participações Industriais do Nordeste

IV. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Não há outras informações relevantes que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificadas ou comentadas nos demais itens desta seção.

Participações Industriais do Nordeste

ANEXO II

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

A Companhia destaca que distribuiu, dividendos de (i) R\$ 10.179.918,92, referentes ao valor registrado como reserva especial de dividendos, relativos aos lucros apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, pagos em 17 de julho de 2018.

1. Informar o lucro líquido do exercício.

O lucro líquido da Companhia no exercício de 2018 foi R\$ 11.813.280,72.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados.

Com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o montante global de dividendos a ser distribuído é de R\$ 11.222.616,68, sendo R\$ 3.366.785,00 correspondente aos dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 7.855.831,68 a título de dividendos adicionais, já deduzidas as destinações legais. O valor deste dividendo por ação é de R\$ 71,3054.

A Companhia não realizou qualquer pagamento antecipado de dividendos ou de juros sob capital próprio, tendo, contudo, realizado pagamentos com base em valores registrados na reserva especial de dividendos, conforme detalhado no item 4 abaixo.

3. Informar o percentual do lucro líquido distribuído.

Em razão do disposto no item 2 acima, lucro líquido a ser distribuído será de 95%.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

No exercício de 2018, a Companhia distribuiu dividendos de R\$ 10.179.918,92, referentes ao valor registrado como reserva especial de dividendos, relativos aos lucros apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 (valor de R\$ 64,6804 por ação), e dividendos propostos com base no lucro de 2017 no montante de R\$ 10.282.882,73.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a) O valor bruto de dividendos antecipados e juros sobre capital próprio,

Participações Industriais do Nordeste

de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

Não houve deliberação de dividendos antecipados ou juros sobre capital próprio no exercício de 2018.

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio.

De acordo com o parágrafo 2º do capítulo VI do Estatuto da Companhia, os dividendos serão pagos dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da sua deliberação, ou outro prazo deliberado pelo órgão que os tiver declarado, sempre dentro do exercício social. Os valores serão pagos em espécie.

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio.

Não houve incidência de atualização e juros sobre os dividendos declarados.

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

A data de declaração será a data de realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 29 de abril de 2019.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

Não houve deliberação de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou períodos menores.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Quantidade de ações	2018	2017	2016	2015
Ações ordinárias	126.000	126.000	126.000	126.000
Ações preferenciais	31.388	31.388	31.388	31.388
Lucro por ação	2018	2017	2016*	2015
Ações ordinárias	75,058331	64,576384	-	4.919,696938
Ações preferenciais	75,058331	64,576384	-	4.919,696938

Participações Industriais do Nordeste

	2018	2017	2016*	2015
Lucro do exercício	11.813.280,72	10.163.547,99	-	774.301.261,63

*Em 2016, a Companhia apurou prejuízo.

b) Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	2017	2016	2015
Ações ordinárias	4.820.619,18	11.348.746,05	15.875.450,46
Ações preferenciais	704.962,17	1.251.253,95	8.712.621,65
	5.525.581,35	12.600.000,00	24.588.072,11

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a) Identificar o montante destinado à reserva legal.

A Administração propôs a destinação de R\$ 590.664,04 à reserva legal.

b) Detalhar o montante destinado à reserva legal.

A Administração propôs que R\$ 590.664,04 sejam destinados à reserva legal. O valor equivale a 5% do lucro líquido do exercício, conforme Lei nº 6.404/76.

9. Caso a companhia possua ações preferências com direitos a dividendos fixos ou mínimos:

a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos.

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

Item não aplicável, pois a Companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.

Dos lucros líquidos verificados serão deduzidos 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que atinja o montante correspondente a 20% (vinte por cento) do Capital Social. Os acionistas terão direito a receber, como dividendo obrigatório, 30% (trinta por cento) do lucro líquido apurado em cada exercício, calculado na forma do Artigo 14 do Estatuto da Companhia em vigor a partir de 28

Participações Industriais do Nordeste

de dezembro de 2018. Anteriormente o dividendo obrigatório correspondia a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado em cada exercício.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente.

Os dividendos obrigatórios estão sendo pagos integralmente.

c) Informar o montante eventualmente retido.

Não houve retenção de lucros do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

11. Havendo a retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia.

a) Informar o montante da retenção.

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise da liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixas positivos.

c) Justificar as retenções dos dividendos

Não aplicável, a Companhia distribuirá 95% do lucro apurado no exercício findo em 2018.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a) Identificar o montante destinado a reserva

b) Identificar a perda considerável provável e a sua causa

c) Explicar porque a perda foi considerada provável

d) Justificar a constituição da reserva

Não aplicável. Não houve destinação do resultado de 2018 para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

a) Justificar a constituição da reserva.

b) Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva.

Item não aplicável. Não houve destinação do resultado de 2018 para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias.

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.

b) Identificar o montante destinado a reserva.

c) Descrever como o montante foi calculado.

Item não aplicável. Não houve destinação do resultado do exercício 2018 para

Participações Industriais do Nordeste

reservas estatutárias. A Administração propõe que a totalidade do lucro líquido do exercício 2018, após a destinação para reserva legal e dividendos obrigatórios, seja destinado para o pagamento de dividendos adicionais.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

- a) Identificar o montante de retenção.**
- b) Fornecer cópia do orçamento de capital.**

Item não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

- a) Informar o montante destinado à reserva.**
- b) Explicar a natureza da destinação.**

Item não aplicável.